



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

193
M

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0236942-0 (NPU nº 0000897-51.2009.8.17.1590)

Agravante: Izabela Oliveira Nascimento

Agravado: Município de Vitória de Santo Antão – PE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. NOMEAÇÃO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DO ÓRGÃO PÚBLICO EXERCIDO EM DESFAVOR DA AGRAVANTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No presente caso, a Agravante não passou dentro do número de vagas previsto pelo edital e, de acordo com a recente produção jurídica do Superior Tribunal de Justiça, apenas os candidatos aprovados dentro do número de vagas possuem direito subjetivo à nomeação, respeitada a ordem de classificação.
2. O candidato aprovado em concurso fora do número de vagas não possui direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa de direito, ainda que surjam ou sejam criadas novas vagas durante o período de validade do concurso.
3. A Administração Pública ostenta a prerrogativa da discricionariedade, de modo que, na hipótese de haver vagas não providas, poderá demonstrar, ou não, interesse em nomear candidatos classificados. A nomeação dos aprovados fora do número de vagas depende diretamente do juízo de oportunidade e conveniência exercido pelo órgão público, que, *in casu*, não foi exercido em favor da Agravante
4. Agravo improvido, para manter a decisão combatida em todos os seus termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de Recurso Agravo na Apelação Cível nº 0236942-0, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

194
M

Agravo, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

195
H

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0236942-0 (NPU nº 0000897-51.2009.8.17.1590)

Agravante: Izabela Oliveira Nascimento

Agravado: Município de Vitória de Santo Antão – PE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Regimental interposto em face da Decisão Terminativa de fls. 157/160, que negou provimento aos Embargos de Declaração, mantendo incólume a decisão vergastada.

Aduz a Agravante que possui direito líquido e certo à nomeação para o cargo de Terapeuta Ocupacional do Município de Vitória de Santo Antão. Isso porque passou em 5º lugar no concurso que dispunha de 02 (duas) vagas e os candidatos aprovados nas posições antecedentes (primeiro, segundo e quarto lugar) não assumiram o cargo.

Afirma que na hipótese de surgimento de novas vagas, estas deverão ser preenchidas por aqueles aprovados remanescentes no concurso público em vigor, sendo ilegal a abertura de novo concurso público para preenchimento das vagas.

Sustenta, ainda, que há ilegalidade no ato omissivo do Impetrado e é fato a existência das vagas que foram renunciadas pelas duas candidatas convocadas.

Por fim, requer a reforma da decisão atacada, para determinar a nomeação e a posse da Agravante ao cargo de Terapeuta Ocupacional pelo Município Agravado

É o Relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

196
A

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0236942-0 (NPU nº 0000897-51.2009.8.17.1590)

Agravante: Izabela Oliveira Nascimento

Agravado: Município de Vitória de Santo Antão – PE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Aduz a Agravante que possui direito líquido e certo à nomeação para o cargo de Terapeuta Ocupacional do Município de Vitória de Santo Antão. Isso porque passou em 5º lugar no concurso que dispunha de 02 (duas) vagas e os candidatos aprovados nas posições antecedentes (primeiro, segundo e quarto lugar) não assumiram o cargo.

Todavia, existem peculiaridades no caso concreto que merecem ser avaliadas com cautela.

Analisando detidamente os autos, é possível verificar que havia a previsão de 02 (duas) vagas no Edital do concurso público para o cargo de Terapeuta Ocupacional, de acordo com o Anexo I da Lei nº 3.184/2006 e o Anexo I do Edital nº 01/2006 – fls. 50 e 60.

A Agravante, por sua vez, foi classificada na 5ª posição (fls.26).

A 1ª colocada foi convocada, mas renunciou ao cargo. A candidata classificada em 2º lugar declara que pediu exoneração do cargo e a 4ª colocada declarou que não assumirá o cargo público (fls. 27/29).

O certame público foi homologado em 30 de março de 2007 (fls.54), portanto, possuía prazo de validade por dois anos, ou seja, permaneceu vigente até 30 de março de 2009, por força do art. 37, inciso III da Constituição Federal.

O mandado de segurança foi impetrado em 30 de março de 2009.

Depreende-se, assim, que a primeira vaga foi preenchida pela candidata Andrezza Marques Duque, diante da desistência da candidata anterior, ainda que posteriormente tenha pedido exoneração. Enquanto que a segunda vaga permaneceu aberta.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

197
M

Sendo assim, concluiu-se que a também Impetrante Ivy Ane Barbosa Perceza, habilitada em 3º lugar, passou a deter o direito subjetivo à nomeação para a segunda vaga prevista no Edital.

Observe-se que a Recorrente não passou dentro do número de vagas previsto pelo edital e, de acordo com a recente produção jurídica do Superior Tribunal de Justiça, apenas os candidatos aprovados dentro do número de vagas possuem direito subjetivo à nomeação, respeitada a ordem de classificação.

Pode-se confirmar referida afirmação através da leitura dos recentes arestos abaixo colacionados:

ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO – ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE: SÚMULA 83/STJ. 1. O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital tem direito subjetivo a ser nomeado no prazo de validade do concurso. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 207155, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 10/05/2013)

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TERCEIROS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO CONFIGURADO. 1. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato da Governadora do Estado e do Secretário de Estado da Saúde Pública, consubstanciado na omissão quanto à nomeação da impetrante para o cargo de Enfermeira do quadro eletivo da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte. 2. O Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que candidatos aprovados em posição classificatória compatível com vagas previstas em edital possuem direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do concurso. Precedentes do STJ. 3. In casu, o edital previu 259 vagas para o cargo de enfermeiro da região metropolitana da SESAP, e a



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

198
M

recorrente logrou a 132ª posição no certame. Também há comprovação de que a Administração Pública realizou contratações temporárias para o mesmo cargo a que concorreu a impetrante, isso antes de expirado o prazo de validade do certame. 4. Desse modo, por entender violado o direito líquido e certo da autora, merece ser acolhido o mandamus. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg nos EDcl no RMS 39131/RN, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 08/05/2013)

O caso da Agravante não se enquadra no entendimento jurisprudencial esposado, uma vez que não foi classificada dentro do número de vagas, motivo pelo qual o magistrado de primeira instância não concedeu a segurança.

O candidato aprovado em concurso fora do número de vagas não possui direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa de direito, ainda que surjam ou sejam criadas novas vagas durante o período de validade do concurso.

A Administração Pública ostenta a prerrogativa da discricionariedade, de modo que, na hipótese de haver vagas não providas, poderá demonstrar, ou não, interesse em nomear candidatos classificados. A nomeação depende diretamente do juízo de oportunidade e conveniência exercido pelo órgão público, que, *in casu*, não foi exercido em favor da Agravante. Confirmam-se, pois, os entendimentos jurisprudenciais abaixo colacionados:

ADMINISTRATIVO - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DE VAGAS, AINDA QUE EXCEDENTES ÀS PREVISTAS NO EDITAL, CARACTERIZADA POR ATO INEQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO - PRECEDENTES. 1. A aprovação do candidato, ainda que fora do número de vagas disponíveis no edital do concurso, lhe confere direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo, se a Administração Pública manifesta, por ato inequívoco, a necessidade do preenchimento de novas vagas. 2. A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

199
M

vagas disponibilizadas. 3. Hipótese em que o Governador do Distrito Federal, mediante decreto, convocou os candidatos do cadastro de reserva para o preenchimento de 37 novas vagas do cargo de Analista de Administração Pública - Arquivista, gerando para os candidatos subsequentes direito subjetivo à nomeação para as vagas não ocupadas por motivo de desistência. 4. Recurso ordinário em mandado de segurança provido. (STJ - RMS: 32105 DF 2010/0080959-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 19/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/08/2010)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CLASSIFICAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS QUE RENUNCIA À CLASSIFICAÇÃO, PASSANDO A CONSTAR NO FINAL DA LISTA DOS APROVADOS. EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO PREENCHIDA. CANDIDATO CLASSIFICADO IMEDIATAMENTE APÓS O NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. 1. Agravo regimental contra decisão que deu provimento ao recurso ordinário para conceder o mandado de segurança, assegurando o direito da impetrante de ser convocada para a nomeação no cargo de professor de matemática. 2. Conforme consta do edital, o candidato classificado fora do limite de vagas estabelecidas somente seria investido no cargo, no caso de vacância, exclusivamente, por desistência do candidato aprovado (item 6.5); e o candidato aprovado poderia renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o final do prazo de posse, caso em que, optando o renunciante, seria deslocado para o último lugar da lista de classificados. 3. Com o remanejamento do candidato aprovado em 7º lugar para o último lugar dos classificados, as 7 vagas oferecidas pelo edital não foram completamente preenchidas, de tal sorte que, tendo sido a impetrante aprovada na 8ª posição, ou seja próxima candidata na lista de classificados, tem ela direito líquido e certo de ser convocada à nomeação da vaga não preenchida pelo candidato mencionado. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no RMS: 35816 PI 2011/0216332-

ESM



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

200
A

0. Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES. Data de Julgamento: 21/03/2013.
T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/04/2013)

Decisões recentes deste E. Tribunal de Justiça convalidam tal entendimento:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.RECURSO DE AGRAVO.DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO EDUCACIONAL (PEDAGOGIA) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO. DESINTERESSE DE CANDIDATO CONVOCADO. DIREITO SUBJETIVO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO CLASSIFICADO NA POSIÇÃO IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE NA LISTA DE APROVADOS. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO. Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento n. 0011337-21.2012.8.17.0000 (0276911-7). Síntese, o agravante sustentou que a decisão recorrida merece reforma, pois, a jurisprudência do STJ já firmou entendimento acerca da inexistência de direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas oferecidas no edital, posto que eventual preenchimento é pautado estritamente por critérios de conveniência e oportunidade adotados pela administração e alheios à apreciação jurisdicional. Outrossim, apontou a impossibilidade de autorizar via liminar a nomeação e posse da parte, admitindo investidura em cargo público por força de tutela provisória, quando ainda debatida judicialmente a regularidade da eliminação de candidato em fase de concurso. A autora-agravada participou do concurso promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (Portaria SAD/SEE n.104, de 11/08/2008) para preenchimento de cargos de Técnico Educacional - Pedagogia no município de Toritama/PE, tendo sido aprovada em 6º lugar. Conforme o descrito no documento de fls.47, foram oferecidas 4 (quatro) vagas para o mencionado cargo, todas devidamente preenchidas pelos seguintes candidatos, respectivamente: MARIZETE MENDES DE ALENCAR (1º), ALESSANDRO ROCHA DA SILVA (2º), JOEDNA DA



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

201
M

SILVA MOURA (3º) E ANDERSON NUNES DA SILVA (4º).Ademais, segundo o descrito nas informações prestadas pela Secretaria de Educação (fls.46/47), a candidata MARIZETE MENDES DE ALENCAR (1º) e o candidato ANDERSON NUNES DA SILVA (4º) desistiram do ingresso no referido cargo.De tal arte, incumbe a Secretaria de Educação providenciar a nomeação dos candidatos subsequentes na lista de classificados, em decorrência, da desistência dos candidatos acima referidos. À luz da recente jurisprudência do STJ, a desistência ou desclassificação dos candidatos convocados gera para os demais aprovados direito subjetivo à nomeação.Unanimemente, negou-se provimento ao recurso de agravo, devendo-se manter inalterada a decisão agravada.(TJ-PE - AGV: 113372120128170000 PE 0013681-72.2012.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 27/09/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 183)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CLASSIFICAÇÃO IMEDIATAMENTE POSTERIOR AO NÚMERO DE VAGAS DIVULGADO NO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO SUBJETIVO DA IMPETRANTE À NOMEAÇÃO. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE TERCEIROS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. SEGURANÇA CONCEDIDA. No caso dos autos, o candidato classificado dentro do número de vagas não atendeu à nomeação, nascendo para a impetrante, candidata com classificação imediatamente posterior, o direito subjetivo ao provimento do cargo, mormente pela contratação precária de terceiros.(TJ-PE - MS: 150746620118170000 PE 0015074-66.2011.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 07/03/2012, 2º Grupo de Câmaras Cíveis, Data de Publicação: 50)

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DE VAGAS, AINDA QUE CLASSIFICADAS FORA DAS PREVISTAS NO EDITAL. CARACTERIZADA POR ATO DA ADMINISTRAÇÃO QUE CONTRATOU SERVIÇOS TEMPORÁRIOS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE. 1. A



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

202
M

aprovação do candidato, ainda que fora do número de vagas disponíveis no edital do concurso, lhe confere direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo, se a Administração Pública manifesta, por ato inequívoco, a necessidade do preenchimento de novas vagas. 2. Na presente hipótese dos autos, observo que o poder público vem contratando servidores não concursados para exercerem as vagas daqueles aprovados em concurso público, com as contratações temporárias de fls. 67/74, gerando para os candidatos subsequentes direito subjetivo à nomeação para as vagas não ocupadas por motivo de desistência. 3. A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. 4. Agravo de instrumento não provido. Decisão por unanimidade. (TJ-PE - AI: 503185320118170001 PE 0022781-85.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 19/06/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 118)

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO CLASSIFICADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS PARA TODAS AS VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO CERTAME. DESISTÊNCIA SUPERVENIENTE DE UM DELES DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. MERA EXPECTATIVA CONVOLADA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ, DO STF E DESTA CORTE ESTADUAL. NOMEAÇÃO A SER REALIZADA ATÉ O FINAL DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO EM OBSERVÂNCIA AO JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME. 1- De acordo com recente jurisprudência do STJ, a mera expectativa de nomeação do candidato por ter se classificado fora do número de vagas disponibilizadas no certame se convola em direito líquido e certo a partir do momento em que, dentro de prazo de validade do concurso, há o surgimento de novas vagas e necessidade de administração em preenchê-las. 2- No caso em análise, o impetrante demonstrou o surgimento de vaga, dentro do prazo de validade do concurso,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

203
M

decorrente da desistência de candidato e a necessidade quanto ao seu preenchimento - a Administração nomeou candidatos para todas as vagas disponíveis e há nos autos declarações de Escolas Estaduais situadas em Itaíba indicando que existe vaga em aberto nas respectivas instituições de ensino. 3-

Declarada no edital do certame a necessidade do preenchimento de três vagas, nomeados os três primeiros candidatos aprovados e verificada uma vacância dentro do prazo de validade do concurso, o impetrante - quarto colocado no certame - tem sua mera expectativa convalidada em direito subjetivo à nomeação, configurando a recusa de sua nomeação irrefutável ofensa a direito líquido e certo seu. 4-A mera expectativa do direito do impetrante se transmudou em direito subjetivo à nomeação ao cargo almejado visto que (a) restou demonstrada a necessidade e o interesse da Administração em preencher todas as vagas postas no edital, visto que, na primeira oportunidade, nomeou os três candidatos ocupantes das vagas previstas no certame, externando de forma inequívoca a necessidade de provimento dos cargos; (b) surgimento de vaga em decorrência de vacância dentro do prazo de validade do concurso; (c) o enquadramento do impetrante nas vagas disponibilizadas pelo edital após a desistência de um candidato nomeado ao cargo; (d) submissão da Administração Pública aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de modo que a oferta de vagas no edital vincula a administração quanto ao seu preenchimento. 5-Há de se reconhecer o direito subjetivo à nomeação postulada, que, entretanto, não deve ser realizada de imediato, assegurando à Administração, segundo seu juízo de conveniência e oportunidade - por consubstanciar um ato discricionário do Poder Público - escolher o momento mais adequado para procedê-la, desde que ocorra até o final do prazo de validade do certame (dia 16 de janeiro de 2013). 6-Concessão parcial da segurança, para assegurar, no prazo de validade do concurso, a nomeação do impetrante no cargo de Assistente Administrativo Educacional, Classe I, FS-A - Itaíba/PE do Sistema Público de Educação do Estado de Pernambuco (Portaria Conjunta SAD/SEE nº 104, de 11.08.2008). 7-Decisão Unânime.(TJ-PE - MS: 66327720128170000 PE 0006632-77.2012.8.17.0000, Relator: Fernando



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

204
M

*Cerqueira, Data de Julgamento: 16/10/2012, Grupo de Câmaras Dir. Público,
Data de Publicação: 195)*

Cumpre esclarecer que, conforme a jurisprudência atualizada sobre o assunto, permanece aberta a vaga prevista no Edital somente quando o candidato anterior não chega a assumir o cargo público, seja por desistência ou pelo não preenchimento dos requisitos necessários.

Dessa forma, conclui-se que não assiste razão à Agravante, pelo que **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO**, para manter a decisão combatida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator